



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO RELATIVO À AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE KIT AUTOMATIZADOR PARA PORTA DE VIDRO TIPO DESLIZANTE E DE APARELHO TIPO CORTINA DE AR A SEREM INSTALADOS NA ÁREA COMERCIAL DA CAER.

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.939.467/0001-15, com sede na Rua Melvin Jones, n.º 219, Bairro São Pedro, Boa Vista - Roraima, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **JAMES DA SILVA SERRADOR**, inscrito no CPF n.º 376.027.482-04 e portador do RG n.º 89.261 SSP/RR, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, **MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA**, inscrito no CPF n.º 940.537.822-87 e portador do RG n.º 207.421 SSP/RR, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, CEP n.º _____, e-mail: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, inscrito no CPF n.º _____ e portador do RG n.º _____, conforme contrato social/ato constitutivo/procuração apensada à(s) folha(s) _____, tendo em vista o que consta no **PROCESSO N.º 181/2024**, têm, por mútuo consenso, por meio do presente instrumento, contratado o que a seguir declaram, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato fundamenta-se:

1.1.1. NA LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL, N.º ____/20____, amparada pelo artigo 32, IV da Lei Federal Federal n.º 13.303/2016, pelo artigo 89, § 1º do Regulamento



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, pelo Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos da CAER, pela Lei Federal 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), pela Lei Federal 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações correlatas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto deste contrato consiste na **AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE KIT AUTOMATIZADOR PARA PORTA DE VIDRO TIPO DESLIZANTE E DE APARELHO TIPO CORTINA DE AR A SEREM INSTALADOS NA ÁREA COMERCIAL DA CAER.**

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Termo de Referência;

2.2.2. O Edital de Licitação;

2.2.3. A Proposta da CONTRATADA;

2.2.4. Os anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O valor total da aquisição é de R\$ _____ (_____), conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)
01	Fornecimento e instalação do Kit de automatização da porta automática de vidro tipo deslizante da Área Comercial da CAER. Especificações Técnicas: 1. Automatizador projetado para fluxo de trabalho de aproximadamente 3.000 ciclos dias. 2. Peso total de arraste para duas folhas 140 kg (70 kg por folha). 3. Velocidade média de abertura 1,4 metro por segundo para duas folhas ou superior. 4. Fonte de alimentação de 220 VAC para 24VDC. 5. Central digital de comando, com possibilidade de alterar o funcionamento da porta (entrada, saída e travamento). 6. Tensão de trabalho 24VDC. 7. Potência máxima 100 W. 8. Acionamento feito por meio de detector de movimento (radares micro-ondas).	UNIDADE	1	



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

	9. Desacoplamento automático em falta de energia. 10. Chave seletora de funções. 11. Fechadura para porta Vidro, com Contra Fechadura vidro e chave. 12. Fornecimento de todos os componentes necessários para o perfeito funcionamento da porta (abertura, fechamento e travamento).			
02	Fornecimento e instalação de Cortina de ar, comprimento 2,00m, com controle remoto, tensão de alimentação 220 volts monofásico, frequência 60Hz, potência 225W a 350W, vazão de 10m/s ou superior, baixo nível de ruído conforme resolução nº. 01/90 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), altura de isolamento 3m ou superior, duas ou três rotações e baixo consumo de energia, com o fornecimento de todos os componentes necessários para o seu perfeito funcionamento.	UNIDADE	1	

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

4.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada;

4.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo dos produtos e suas corretas instalações;

4.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência da aquisição é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do Instrumento Contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

- 6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis, no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____.
- 6.2.** Após o interregno de um ano os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.4.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.5.** O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 7.1.1.** Proporcionar todas as condições para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas neste Contrato e em sua proposta;
- 7.1.2.** Receber o objeto do contrato através do Setor responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização.
- 7.1.3.** Notificar a contratada, quando for o caso, sobre a aplicação de eventuais sanções previstas em Contrato.
- 7.1.4.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, tais como, eventuais imperfeições durante sua execução, afixando prazo de 05 (cinco) dias corridos para sua correção.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

- 8.1.1.** Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil, penal e administrativa pela execução dos serviços por qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causados, voluntária ou involuntariamente, por seus empregados e prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, sem alteração do



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

prazo estipulado para a execução do objeto, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos ao contratante ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.

8.1.2. Apresentar proposto responsável pela execução do Contrato com fornecimento do número de telefone para contato, endereço eletrônico (E-mail), sendo exclusiva responsabilidade da contratada, informar a CAER, qualquer mudança que possa alterar as cláusulas Contratuais.

8.1.3. A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente a CONTRATANTE todas as ocorrências em desacordo com o solicitado pelo telefone (95) 4009-6158, e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, comunicar por escrito no e-mail institucional dsg@caer.com.br, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias ao esclarecimento dos fatos.

8.1.4. Responsabilizar-se pelo transporte dos funcionários e materiais necessários até as dependências da contratante, como também pelas despesas a ele inerentes.

8.1.5. Obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para as respectivas atividades, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução do serviço, dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

8.1.6. Atender à Norma Técnica NBR 15202:2006 – Sistemas para Portas Automáticas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, realizando o serviço de forma a maximizar a segurança e durabilidade do sistema.

8.1.7. Garantir a qualidade do material fornecido, bem como encargos, transportes, carga, descarga, taxas, impostos e outras despesas necessárias ao fornecimento e perfeito funcionamento do objeto, inclusive as eventuais substituições por defeitos ocorridos, durante as definições do prazo de garantia prevista neste memorando, sem ônus para a CONTRATANTE.

8.1.8. Fornecer os materiais novos, comprovadamente de primeira qualidade, em perfeito estado de funcionamento, sob pena de serem substituídos.

8.1.9. A CONTRATADA deve manter, durante toda a execução do Contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

9.1. Os materiais serão garantidos pelo prazo mínimo de 12 (meses) meses ou pelo prazo estipulado pelo fabricante, o que for maior, contra quaisquer espécies de defeitos, contados da data efetiva da entrega, devendo a contratada, após a comunicação de irregularidades, providenciar, no prazo de 10 (dez) dias, as devidas substituições.

9.2. O equipamento deverá possuir rede de assistência técnica autorizada com, pelo menos, um ponto de atendimento na cidade de Boa Vista – RR, apta a prestar manutenção nos componentes e acessórios.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. KIT DE AUTOMATIZAÇÃO DA PORTA AUTOMÁTICA

10.1.1. Peças e acessórios da porta já existente poderão ser reaproveitados, caso haja compatibilização com novo kit de automatização instalado, desde que comprovado o bom estado de funcionamento.

10.1.2. Peças do kit de automatização antigo, como por exemplo, motor, placas eletrônicas, peças móveis e sensores não poderão ser reaproveitados.

10.1.3. A porta automática deve atender a NBR 15202:2006 (Sistemas de portas automáticas) observando a estrutura de suporte necessária para o seu pleno funcionamento. É fundamental o cumprimento da Norma desde a instalação até o seu funcionamento final para garantir durabilidade e segurança aos usuários.

10.2. CORTINA DE AR

10.2.1. A cortina de ar deverá ser instalada, com todos seus acessórios e de maneira adequada, acima da porta automática localizada na Área Comercial da CAER, com o fornecimento de todos os componentes necessários para o seu perfeito funcionamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A empresa contratada entregará os equipamentos quando for realizado os serviços de instalação na Área Comercial na sede da CAER, situada na Rua Melvin Jones, 219 – São Pedro, no Município de Boa Vista – RR.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A empresa deverá executar o serviço instalação dos equipamentos em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, agendando Divisão de serviços gerais da CAER, no mínimo, 48 horas de antecedência, através do e-mail dsg@caer.com.br.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1. O recebimento provisório dos materiais se dará na data da entrega dos mesmos, ou seja, dentro do prazo estabelecido no subitem 12.1, contados para efeito de posterior verificação da conformidade deles, com as especificações constantes neste instrumento contratual e na proposta vencedora.

13.2. O recebimento definitivo dos materiais será finalizado em até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório mencionado no subitem 13.1, após a aferição de qualidade, especificações e quantidades e consequente aceitação.

13.3. Não serão aceitos na entrega dos materiais que eles sejam de marcas diferentes daquelas constantes na proposta vencedora. Caso os materiais sejam entregues em desacordo com o estabelecido, serão os mesmos imediatamente devolvidos, obrigando-se a contratada a substituí-los no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a contratada, sem quaisquer ônus a contratante.

13.4. Caso o prazo definido no subitem 13.3 não seja observado, os materiais não deverão ser considerados como entregues, sendo aplicadas às penalidades previstas no instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

15.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

15.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

15.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

15.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

15.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

15.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

15.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – nas licitações em geral:

a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

b) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

c) por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

d) no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do sal do remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

e) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;

f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

15.8. Ocorrendo infração contratual apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

15.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo à penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

15.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

15.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

15.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03 (três) dias úteis.

15.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

15.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

15.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

15.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

15.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

15.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

15.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. A extinção dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto nos artigos 247 a 249 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - RILC/CAER.

16.2. A extinção dos contratos, de acordo com o art. 247 do RILC/CAER, poderá ocorrer:

16.2.1. Pela via natural, quando verificado o cumprimento total das obrigações firmadas pelas Contratantes;

16.2.2. Por fato anterior ou contemporâneo à sua celebração, nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso II do art. 247 do RILC/CAER;

16.2.3. Por fato posterior à sua celebração, nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “f1”, “f2” e “f3” do inciso III do art. 247 do RILC/CAER;

16.2.4. Pela morte do Contratado, quando este for Pessoa Física.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

16.3. Constituem motivo que autorizam a CAER exercer o direito de resolução do contrato, conforme art. 248 do RILC/CAER, dispensado provimento judicial nesse sentido:

16.3.1. O descumprimento total ou parcial de obrigações contratuais pelo Contratado;

16.3.2. A alteração da pessoa do Contratado, mediante:

- a) A subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da CAER;
- b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação do Contratado com outrem, não admitidas pela CAER e que causem prejuízo à execução do objeto.

16.3.3. O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

16.3.4. O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

16.3.5. A dissolução da sociedade ou o falecimento do Contratado;

16.3.6. A decretação de falência ou a insolvência civil do Contratado;

16.3.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do Contratado, desde que prejudique a execução do contrato;

16.3.8. Razões de interesse da CAER, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

16.3.9. A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

16.3.10. A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

16.3.11. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

16.3.12. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

16.3.13. Quando o Contratado for agente econômico envolvido em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria de Compliance ou equivalente.

16.4. Os casos de resolução contratual por ato unilateral da CAER devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado ao Contratado direito ao contraditório e ampla defesa prévios, por meio da instauração.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

16.5. Quando a resolução do contrato ocorrer por ato unilateral da CAER, acarretaráas seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos instrumentos convocatório e contratual e neste RILC/CAER:

16.5.1. Assunção imediata do objeto contratado pela CAER, no estado e local em que se encontrar;

16.5.2. Retenção para execução da garantia contratual e de eventuais créditos devidos ao Contratado, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos e multas impostas pela CAER;

16.5.3. Impedimento de participar de licitações e firmar contratos coma CAER até que seja finalizado o processo administrativo para apuração das responsabilidades e eventual aplicação de sanções ao Contratado.

16.6. Quando a resolução do contrato ocorrer sem que haja culpa do Contratado,este será, conforme art. 249 do RILC/CAER, ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, e, ainda terá direito a:

16.6.1. Devolução da garantia;

16.6.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

16.6.3. Pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos necessários à execução deste contrato correrão por conta do Programa Orçamentário: 20501.17512492.181.003/812/001 (KIT AUTOMATIZADOR PARA PORTA DE VIDRO) e 43010.17122010.000/299/001 (CORTINA DE AR), do orçamento do **CONTRATANTE**.

17.2. Para cobertura das despesas relativas ao presente contrato foi emitida a Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços n.º ____, datada de __/__/__, no valor de R\$____ (_____).

17.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

18.1. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos da CAER, Lei Federal 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais Legislações Correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, firmou-se o presente contrato, o qual é assinado pelos representantes das partes, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

Boa Vista - RR, _____ de _____ de 2025

Assinam:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente

MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro

PELA CONTRATADA:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

NOME DO REPRESENTANTE

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº _____

2. _____ CPF nº _____